



VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2017-04-07

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 265/XIII/2.ª**, apresentado pelo PSD, PS e CDS-PP, de Pesar pelas vítimas da explosão numa fábrica de pirotecnia em Avões, concelho de Lamego;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Voto n.º 270/XIII/2.ª**, apresentado pelo PSD, de Pesar pela tragédia ocorrida na cidade colombiana de Mocoa;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Voto n.º 271/XIII/2.ª**, apresentado pelo PAN, de Pesar pelo falecimento de Gilbert Baker;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Voto n.º 277/XIII/2.ª**, apresentado pelo PAR, PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN, de Condenação e Pesar pelo atentado de São Petersburgo;

Aprovado por unanimidade



DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 266/XIII/2.ª**, apresentado pelo PS, de Congratulação pelo Plano Nacional de Leitura 2027;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Voto n.º 267/XIII/2.ª**, apresentado pelo PSD e PS, de Condenação pelo ataque com armas químicas na Síria;

Favor – PSD, PS, CDS-PP, BE e PAN

Contra – PCPe PEV

Aprovado

Abstenção –

⇒ **Voto n.º 273/XIII/2.ª**, apresentado pelo PCP, de Condenação do prosseguimento da agressão contra o povo da Síria e a das operações de desestabilização visando sabotar as negociações de paz;

Favor – PCP e PEV

Contra – PSD, PS, CDS-PP e PAN

Rejeitado

Abstenção - BE

⇒ **Voto n.º 268/XIII/2.ª**, apresentado pelo PSD, de Saudação à Seleção Nacional Sub-20 de Rugby;

Aprovado por unanimidade



DELIBERAÇÃO

⇒ Voto n.º 269/XIII/2.^a, apresentado pelo PCP, de Repúdio pelas ações de ingerência e desestabilização contra a República Bolivariana da Venezuela e de solidariedade com o povo venezuelano;

- **Ponto 1**

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção – PAN

Rejeitado

- **Ponto 2**

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP e 1 Deputada do PS

Abstenção –

Aprovado

⇒ Voto n.º 272/XIII/2.^a, apresentado pelo CDS-PP, de Condenação e Preocupação pela situação de instabilidade na Venezuela;

- **Ponto 1**

Favor – PSD, BE e CDS-PP

Contra – PCP e PEV

Abstenção – PS e PAN

Aprovado



DELIBERAÇÃO

- **Ponto 2**

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP e PAN

Contra – PCP e PEV

Aprovado

Abstenção –

- **Ponto 3**

Favor – PSD, PS, CDS-PP e PAN

Contra – PCP, BE e PEV

Aprovado

Abstenção –

⇒ Voto n.º 274/XIII/2.^a, apresentado pelo PS, de Congratulação pela atribuição dos prémios Europa Nostra 2017 à recuperação da Igreja e Torre dos Clérigos e ao mestrado sobre monumentos e construções da Universidade do Minho;

Aprovado por unanimidade

⇒ Voto n.º 275/XIII/2.^a, apresentado pelo PS, de Condenação contra corte de financiamento pelos EUA ao Fundo de População das Nações Unidas;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 276/XIII/2.ª**, apresentado pelo BE, de Congratulação pelos avanços nas iniciativas pela Paz no País Basco;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

⇒ **Projeto de Resolução n.º 542/XIII/2.ª (BE)** – Preservação da memória e história do Forte de Peniche;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

⇒ **Projeto de Resolução n.º 785/XIII/2.ª (PS)** – Recomenda ao Governo a preservação, conservação e dignificação da Fortaleza de Peniche;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 790/XIII/2.ª (PCP)** – Recuperação, requalificação e valorização do Forte de Peniche;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

⇒ **Projeto de Resolução n.º 783/XIII/2.ª (PAN)** – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Código CAE específico para Terapêuticas não Convencionais (TNC);

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PEV e PAN

Contra – PS

Aprovado

Abstenção – PCP e 1 Deputado do PS

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 420/XIII/2.ª (PSD)** – Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, - Cria e regula o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por jovens;

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 466/XIII/2.ª (CDS-PP) – Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, que cria o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens (Porta 65 - Jovem);

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 487/XIII/2.ª (BE) – Alarga em cinco anos a idade máxima para acesso ao programa de apoio ao arrendamento Porta 65 (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro);

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 493/XIII/2.ª (PCP) – Alargamento dos beneficiários e dos apoios do Programa Porta 65 Jovem -terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, que cria e regula o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por Jovens;

Favor – PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD

Abstenção –

Aprovado

Baixa à 11.ª Comissão



DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PSD, PS, BE e PCP, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por um período de 30 dias do [Projeto de Lei n.º 165/XIII/1.ª \(PS\)](#) – Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [Projeto de Lei n.º 483/XIII/2.ª \(PSD\)](#) – Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [Projeto de Lei n.º 488/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Altera o Regime Jurídico do Associativismo Jovem (primeira alteração à Lei n.º 23/2006, de 23 de junho); e [Projeto de Lei n.º 492/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Pela criação de um Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil e implementação de medidas de apoio e isenção de custos na constituição e reconhecimento de associações juvenis;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo BE solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e mar, sem votação, por um período de 60 dias do [Projeto de Lei n.º 465/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Aprova a constituição de unidades de gestão florestal;

Aprovado por unanimidade



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

- ⇒ [Projeto de Lei n.º 405/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Assegura o direito de declaração de guarda conjunta de menores para efeitos de IRS;
- ⇒ [Projeto de Lei n.º 434/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Garante o direito de declaração conjunta das despesas com dependentes para efeitos de IRS;
- ⇒ [Projeto de Lei n.º 485/XIII/2.ª \(PAN\)](#) – Assegura o direito de declaração conjunta das despesas com dependentes em sede de IRS;

Favor – PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD

Aprovados

Baixam à 5.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

- ⇒ [Projeto de Resolução n.º 784/XIII/2.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que elimina as discriminações existentes em sede de IRS referentes ao exercício das responsabilidades parentais;

Aprovado por unanimidade



DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 789/XIII/2.ª (PCP)** – Regulamentação e Relatório de Avaliação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população;

Aprovado por unanimidade

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 443/XIII/2.ª (CDS-PP)** – Procede à primeira alteração à Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, reforçando os poderes de supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários na verificação de eventuais conflitos de interesses entre o exercício de auditoria a entidades de interesse público e a prestação de serviços de consultadoria a tais entidades ou a terceiros;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PS

Aprovado

Baixa à 5.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 444/XIII/2.ª (CDS-PP) – Procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro (cria o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros), reforçando as competências do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, e promovendo a eficiente colaboração e articulação entre as várias entidades de supervisão financeira – Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), criando um Secretariado Executivo;

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Abstenção – PSD

Rejeitado

⇒ Projeto de Lei n.º 445/XIII/2.ª (CDS-PP) – Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, adotando medidas restritivas na comercialização de produtos e instrumentos financeiros por parte das instituições de crédito e sociedades financeiras;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PS

Aprovado

Baixa à 5.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 446/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Procede à oitava alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, Lei Orgânica do Banco de Portugal, introduzindo a regra de que o preenchimento dos cargos de direção do Banco de Portugal seja efetuado mediante processo concursal;

Aprovado por unanimidade

Baixa à 5.ª Comissão

⇒ [Projeto de Lei n.º 447/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, que aprovou Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, reforçando os poderes de supervisão do Banco de Portugal quanto aos sistemas de governo societário das instituições de crédito e introduzindo limitações à concessão de crédito a detentores de participações qualificadas em instituições de crédito;

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD e PS

Aprovado

Baixa à 5.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 448/XIII/2.ª (CDS-PP) – Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, impedindo a atribuição de incentivos à comercialização ao retalho de produtos ou instrumentos financeiros específicos e reforçando-se a intervenção do Banco de Portugal nesta matéria;

Favor – PSD, BE, CDS-PP e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS, PCP e PEV

Baixa à 5.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 489/XIII/2.ª (BE) – Impõe a classificação de oferta pública a todas as colocações que envolvam investidores não qualificados, garantindo uma maior proteção aos pequenos investidores (alteração ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro);

Favor – PSD, BE, CDS-PP e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS, PCP e PEV

Baixa à 5.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 490/XIII/2.ª (BE) – Limita a comercialização de produtos financeiros (alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro);

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS

Baixa à 5.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 491/XIII/2.ª (BE) – Proíbe os bancos de realizarem operações sobre valores emitidos por si ou por entidades com eles relacionadas (alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro);

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e PS

Baixa à 5.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 494/XIII/2.ª (PCP) – Reforça as obrigações de supervisão pelo Banco de Portugal e a transparência na realização de auditorias a instituições de crédito e sociedades financeiras (36.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras);

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD, PS e CDS-PP

Aprovado

Baixa à 5.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ Projeto de Resolução n.º 787/XIII/2.ª (BE) – Recomenda a exoneração de Carlos Costa do cargo de Governador do Banco de Portugal;

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PSD, PS e PAN

Abstenção – CDS-PP

Rejeitado

⇒ Projeto de Resolução n.º 788/XIII/2.ª (PS) – Recomenda ao Governo a ponderação das conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito no quadro da transposição da Diretiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros e da Reforma do Modelo de Supervisão do Setor Financeiro;

Aprovado por unanimidade



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 486/XIII/2.ª (PEV) – Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares;

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – CDS-PP

Aprovado

Baixa à 8.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ Projeto de Resolução n.º 739/XIII/2.ª (PAN) – Recomenda ao Governo que denuncie junto do Secretariado da Convenção de Espoo a violação da referida Convenção por Espanha devido à inexistência de comunicação a Portugal das intenções de prolongamento da vida útil da Central Nuclear de Santa Maria de Garoña, assim como da inexistência de um EIA transfronteiriço;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PS e PCP

Aprovado



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo à **Proposta de Lei n.º 51/XIII/2.ª (GOV)** – Altera o regime de congelamento e de perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia, transpondo a Diretiva n.º 2014/42/UE;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo aos **Projetos de Lei n.ºs 327/XIII/2.ª (BE)** – Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela Lei n.º 141/2015, de 8 de setembro, e à segunda alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro); **345/XII/2.ª (PS)** - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores; e **353/XIII/2.ª (PAN)** - Afirma a necessidade de regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica;

Aprovado por unanimidade



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo ao **Projeto de Lei n.º 350/XIII/2.ª (PCP)** – Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto);

Aprovado por unanimidade

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Economia Inovação e Obras Públicas** relativo à **Proposta de Lei n.º 29/XIII/2.ª (GOV)** – Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão;

Favor – PS, BE e PAN

Contra –

Abstenção – PSD, CDS-PP, PCP e PEV

Aprovado



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto** relativo ao **Projeto de Lei n.º 151/XIII/1.ª (BE)** – Garante o exercício dos direitos dos utilizadores, consagrados no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD

Aprovado

Abstenção – CDS-PP

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Trabalho e Segurança Social** relativo à **Proposta de Lei n.º 55/XIII/2.ª (GOV)** – Transpõe a Diretiva n.º 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação** relativo ao **Projeto de Lei n.º 155/XIII/1.ª (PS)** – Regime de classificação e proteção de lojas e entidades com interesse histórico e cultural;

Favor – PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD



VOTACÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação** relativo ao **Projeto de Lei n.º 310/XIII/2.ª (PCP)** – Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano para os arrendatários com Rendimento Anual Bruto Corrigido (RABC) inferior a cinco Retribuições Mínimas Nacionais Anuais (RMNA), para os arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e para o Arrendamento não habitacional;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Aprovado

Abstenção –

VOTACÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação** relativo aos **Projetos de Lei n.ºs 334/XIII/2.ª (BE)** – Obriga à avaliação de impacto ambiental as operações de prospeção de extração de petróleo e gás natural; e **338/XIII/2.ª (PEV)** - De modo a tornar obrigatória a avaliação de impacte ambiental para as fases de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos, promove a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o novo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

Nota: Os autores retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição



VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação** relativo aos **Projetos de Lei n.ºs 334/XIII/2.ª (BE)** – Obriga à avaliação de impacto ambiental as operações de prospeção de extração de petróleo e gás natural; e **338/XIII/2.ª (PEV)** - De modo a tornar obrigatória a avaliação de impacte ambiental para as fases de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos, promove a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o novo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente;

⇒ **Votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão**

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD e CDS-PP

Aprovado



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ Texto de Substituição apresentado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação relativo aos Projetos de Lei n.ºs 334/XIII/2.ª (BE) – Obriga à avaliação de impacto ambiental as operações de prospeção de extração de petróleo e gás natural; e 338/XIII/2.ª (PEV) - De modo a tornar obrigatória a avaliação de impacte ambiental para as fases de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos, promove a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o novo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD e CDS-PP

Aprovado

⇒ Votação do Parecer da Subcomissão de Ética da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias: Ofício n.º 36/SE/2017.